

Marcha Das Margaridas: Mobilização Social Como Proposta De Política Pública

Tatiane Queiroz Figueredo¹, Thais Luana Casteluber² Aguinaldo Pereira³

¹(Licenciada em Geografia, com especialização em Gestão e Educação Ambiental e em Gestão Empresarial. Discente do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. IFRO - Campus Avançado São Miguel do Guaporé/ Brazil). ²(Graduada em Gestão Financeira, com especialização em Contabilidade Pública e Auditoria, acadêmica do 6º Período de Ciências Contábeis e cursando pela PUC-Minas pós-graduação em Mercado Financeiro e de Capitais. Discente do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. IFRO - Campus Avançado São Miguel do Guaporé/ Brazil). ³(Doutor em Linguística pela UnB, Professor orientador do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – IFRO - Campus Avançado São Miguel do Guaporé/ Brazil)

Resumo: Este artigo parte de uma pesquisa descritiva sobre a Marcha das Margaridas como um processo de ação articulação que foi, ao longo dos anos, ampliando sua capacidade de mobilização, poder de diálogo, pressão, proposição de políticas públicas e participação de mulheres dentro da estrutura estatal com foco nas mulheres de forma transversal, em todas as políticas e instâncias, ao mesmo tempo que escancara para toda a sociedade e ao Estado a exclusão, opressão, discriminação e violência que elas sofrem. Assim, é relevante considerar quais impactos e conquistas este movimento tem proporcionado as mulheres do campo, das águas e das florestas. A pesquisa divide-se em três partes, respectivamente, com foco no surgimento da própria Marcha, tratado no desenvolvimento da pesquisa, na busca de análise da evolução de cada Marcha e seus eixos de reivindicações, e nas respostas do governo a partir da mobilização das Margaridas. Para sua construção, houve as coletas de dados em fontes documentais e bibliográficas, sendo estas: cadernos, sites oficiais e outros documentos elaborados pela organização da Marcha e outros movimentos sociais; documentos oficiais do governo, além de artigos, anais eletrônicos, dissertações, livros e monografias consultados na base de dados Google Academics. A pesquisa concluiu que esse movimento, portanto, coopera para sensibilizar o Estado sobre a importância de a assistência técnica considerar o trabalho produtivo realizado pelas mulheres sob uma perspectiva agroecológica, desenvolvendo ações que não reforcem a divisão sexual do trabalho, mas ao mesmo tempo que gerem autonomia social, econômica e política para todas elas.

Palavras-chave: Marcha das Margaridas. Movimentos Sociais. Políticas Públicas. Empoderamento das Mulheres.

Date of Submission: 17-07-2023

Date of Acceptance: 27-07-2023

I. Introdução

A Marcha das Margaridas se constituiu uma das maiores mobilizações ocorridas no ano de 2000 no Brasil, e mantém seu manifesto nesses últimos 22 anos. Uma estratégia de mobilização das trabalhadoras rurais em parceria com movimentos feministas rurais e urbanos que em Marcha reivindicam do Estado brasileiro direitos sociais, políticos, econômicos, ambientais, culturais, previdenciário, democrático, agroecológico, água, terra, território e o combate à violência (SILVA, 2021)²⁹.

Surgiu inspirado nas mulheres que marcharam em prol do aumento do salário-mínimo, conhecida como a Marcha Pão e Rosas que aconteceu em Quebec, no Canadá, em 1995, em adesão à Marcha Mundial das Mulheres e como forma de honrar a luta política e social da ex-líder sindical Margarida Maria Alves, paraibana assassinada em 1983, precursora na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo (SOUZA, 2017)³³. Margarida Maria Alves foi a militante que inspira o nome da marcha no Brasil. Gonçalves e Guimarães (2017, p. 04)²² destacam: “[...] nascida em 05 de janeiro de 1933, em Alagoas Grande, Estado da Paraíba, era sindicalizada e foi eleita como presidente do Sindicato Rural em 1973. Em 12 de Agosto de 1983 foi assassinada com um tiro no rosto na porta de sua casa”. Essa militante mártir foi referência na defesa da garantia dos direitos, que não parou na sua morte, ao contrário, fomentou uma participação social muito maior em todas as esferas da política pública brasileira, sendo referência não apenas como símbolo de luta das mulheres rurais, mas também na valorização à “[...]diversidade de ser mulher no campo e as distintas formas de relações com a natureza por elas concebidas” (KUHNNEN, 2020, p. 138)²³.

Ao dar espaço para as mulheres do campo, da floresta, das águas e de diferentes regiões do país, a marcha corrobora para os diferentes modos pelos quais cada um desses grupos de mulheres constitui sua relação com a natureza, assumida muitas vezes pela legislação e por políticas ambientais de alcance nacional (KUHNNEN, 2020)²³. Para as margaridas, esta relação que elas possuem com a natureza faz com que a agricultura familiar seja sustentável, garantindo na mesa de todos os alimentos saudáveis, ao passo que protege os ecossistemas e a socio biodiversidade.

Ao compreender-se a Marcha como um processo de ação articulação que foi, ao longo dos anos, ampliando sua capacidade de mobilização e seu poder de diálogo, pressão e proposição de políticas públicas para a zona rural brasileira, é possível considerar quais impactos e conquistas ela tem gerado ao longo dos anos. Este estudo mostra sua relevância justamente porque descreve a articulação do movimento para a construção da agenda política em cada edição da Marcha, tendo como objetivo geral a identificação dos resultados políticos alcançados no Brasil a partir do movimento da Marcha das Margaridas. Para alcançá-lo, foram percorridos os objetivos específicos: (i) Levantamento das pautas por tema e reivindicação nas marchas que ocorreram no período 2000-2019 (6 marchas); (ii) Correlacionar estas pautas com um conjunto de programas, políticas e ações implementadas pelo governo.

Para alcançar o objetivo ao qual este trabalho propôs, o artigo se apresenta em três partes, primeiramente uma com foco no surgimento da própria Marcha, tratado no desenvolvimento da pesquisa. Na segunda parte, é feita a análise da evolução de cada Marcha e seus eixos de reivindicações e, enfim, uma terceira parte que pretende observar as respostas do governo a partir da mobilização das Margaridas. Os dados necessários para a construção do artigo parte de coletas com diferentes fontes, sendo estas: artigos, cadernos, sites oficiais e outros documentos elaborados pela organização da Marcha das Margaridas e outros movimentos sociais; além de documentos oficiais do governo, como respostas às pautas da Marcha, tratado na análise e discussão.

II. Material e Metodologia

Essa pesquisa classifica-se pela natureza dos seus objetivos como descritiva, ao descrever os passos dados pelas margaridas para marchar reivindicando o espaço da mulher e aos trabalhadores da zona rural brasileira em meio a uma sociedade com cultura patriarcal e machista. Estudar a realidade dessas mulheres, caracterizá-las e conhecer seus problemas é a base da pesquisa científica pura que busca contribuir, entender e explicar os fenômenos (ZANELLA, 2013)³⁶.

A análise dos dados é caracterizada como qualitativa. Zanella (2013)³⁶ corrobora com essa caracterização, pois segundo a autora há diferença de uma análise qualitativa para quantitativa, veja: A maioria dos pesquisadores qualitativos parte de questões ou focos de interesse mais amplos, que vão se tornando mais específicos à medida que transcorre a investigação. Assim, as dimensões e categorias de análise vão emergindo durante o processo de coleta e análise de dados. Cabe nesse momento salientar que, na pesquisa qualitativa, o processo de coleta de dados dá-se simultaneamente com a sua análise, o que a difere da pesquisa quantitativa, na qual, em um momento, os dados são coletados e, em outro, são analisados. Na qualitativa não existem dois momentos distintos, o processo é interativo, integrado (ZANELLA 2013 p.102) ³⁶.

No caso desta pesquisa, foi realizada uma aproximação à análise de conteúdo para analisar documentos secundários que apresentassem a solicitação de políticas públicas realizada pela Marcha das Margaridas no período de 2000 a 2019 e, no decorrer da análise de dados, foram categorizadas as dimensões de reivindicações e as respectivas conquistas na forma de políticas públicas implantadas.

Para a coleta de dados, foi realizada uma pesquisa documental (de fonte secundária) e bibliográfica (LAKATOS & MARCONI, 1992)²⁴. Para a pesquisa documental, foi consultado o site oficial da Marcha das Margaridas (<http://transformatoriomargaridas.org.br/>), onde foram localizados os Cadernos de textos para estudos e debates (2000¹⁵, 2003¹⁶, 2007¹⁷, 2011¹⁹, 2015²⁰, 2019²¹) e o site oficial do governo brasileiro (<https://www.gov.br/pt-br>), que é uma plataforma digital de relacionamento do cidadão com o governo federal brasileiro que passou a funcionar no dia 31 de julho de 2019, além do site da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Já para a pesquisa bibliográfica, foram consultados Anais eletrônicos, artigos, dissertações, livros e monografias, com base na consulta na base de dados *Google* Academics, utilizando as palavras-chave: marchas das margaridas; agroecologia x marchas das margaridas; políticas públicas x marchas das margaridas; Bolsonaro x marchas das margaridas; empoderamento das mulheres no Brasil x marchas das margaridas.

Os trabalhos bibliográficos utilizados são os de Aguiar (2016)¹, Cardoso (2019)¹⁴, Contag (2000¹⁵, 2003¹⁶, 2007¹⁷, 2011¹⁹, 2015²⁰, 2019²¹), Cordeiro (2015), Gonçalves & Guimarães (2017)²², Kuhnén (2020)²³, Moreira (2019)²⁵, Pimenta (2013)²⁸, Santos (2001), Silva (2008)³⁰, Silva (2009)³¹, Silva (2020)²⁹, Silva, Sobreira, Aras (2018)³², Souza (2017)³³, Paiva (2019)²⁷, Teixeira et al (2021)³⁴, Watanabe (2010)³⁵, Zanella (2011)³⁶, que corroboram para referenciar o contexto e as seis edições que ocorreram entre os anos de 2000-2019.

III. Resultado

Margaridas em marcha: as reivindicações nas seis edições 2000-2019

Cada edição da marcha ocorre de quatro em quatro anos desde o ano de 2000, sendo coordenada pela CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, FETAGs – Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura, STTRs – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, CUT – Central Única dos Trabalhadores, MMTR-NE: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, CNS – Conselho Nacional de Seringueiros, MAMA – Movimento de Mulheres da Amazônia, MMM – Marcha Mundial das Mulheres, REDELAC – Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, COPROFAM – Coordenadora das Organizações e Produtores da Agricultura Familiar, MERCOSUL – Mercado Comum do Sul e outras organizações que, ao longo das edições, decidiram apoiar o movimento.

Durante o interstício que antecede a Marcha, esses apoiadores realizam reuniões em todo o Brasil que, em conjunto com os seus associados e os protagonistas do campo, discutem pautas e organizam essas discussões em um Caderno de Textos para Estudos e Debates. No Quadro 1, foram sistematizados os temas e lemas das marchas que ocorreram entre 2000 e 2019, ao todo 6 edições: (2000, 2003, 2007, 2011, 2015, 2019). Esses dados foram retirados dos Documentos da Marcha das Margaridas e do Transformatório das Margaridas (<http://transformatoriomargaridas.org.br/>).

Quadro 1: Pauta das Marchas das Margaridas

Ano, Lemas e participantes	Eixos	Pautas Políticas
2000 Lema: 2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista Média 20 mil mulheres(SOBREIRA, ARAS, 2018) ³²	Ruptura Econômica	1) Valorização da participação da mulher na Reforma Agrária e na Agricultura Familiar;
	Geração de Emprego	2) Garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais;
	Políticas Públicas	3) Combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero;
2003 Lema: 2003 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista Média 40 mil mulheres (SOUZA, 2017) ³³	Ruptura Econômica	1) A Reforma Agrária como instrumento para o desenvolvimento rural sustentável; 2) Organização da Produção das Mulheres Trabalhadoras Rurais; 3) Meio Ambiente – Promover a sustentabilidade com agroecologia e um novo padrão energético;
	Geração de Emprego	4) Por uma Política de Valorização do Salário Mínimo; 8) Garantia e ampliação dos direitos previdenciários;
	Políticas Públicas	5) Saúde Pública com Assistência Integral à Mulher; 6) Contra a Violência Sexista e todas as formas de discriminação e violência no campo; 7) Ações Afirmativas de Valorização das Mulheres Rurais; 9) Por uma Educação do Campo;
2007 Lema: 2007 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista Média 70 mil mulheres (CONTAG, 2007) ¹⁷ , (SOUZA, 2017) ³³ , (SOBREIRA, ARAS, 2018) ³²	Ruptura Econômica	1) Terra, Água e Agroecologia; 2) Segurança Alimentar e Nutricional e a Construção da Soberania Alimentar;
	Geração de Emprego	3) Trabalho, Renda e Economia Solidária; 4) Garantia de Emprego e Melhores Condições de Vida e Trabalho das Assalariadas; 5) Política de Valorização do Salário Mínimo; 6) Previdência Social Pública, Universal e Solidária;
	Políticas Públicas	7) Em Defesa da Saúde Pública e do SUS; 8) Educação do Campo não Sexista; 9) Combate à Violência Contra as Mulheres
2011 Lema: 2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade Média 100 mil mulheres (SOUZA, 2017) ³³ (SOBREIRA, ARAS, 2018) ³² Ruptura Econômica	Ruptura Econômica	1) Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais; 2) Terra, Água e Agroecologia; 3) Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;
	Geração de Emprego	4) Autonomia Econômica, Trabalho e Renda
	Políticas Públicas	5) Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; 6) Saúde e Direitos Reprodutivos; 7) Democracia, Poder e Participação Política;
2015 Lema: Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade	Ruptura Econômica	1) As Margaridas na Luta por Terra, Água e Agroecologia: Pilares de Sustentação da Soberania e Segurança; 2) Margaridas em defesa da Socio biodiversidade e dos Bens Comuns;

Ano, Lemas e participantes	Eixos	Pautas Políticas
Média 100 mil mulheres (SOUZA, 2017) ³³ , (SOBREIRA, ARAS, 2018) ³²	Geração de Emprego	3) Margaridas em defesa da Autonomia Econômica, do Trabalho e da Renda para as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas;
	Políticas Públicas	4) Margaridas em defesa da Educação Não-Sexista, da Educação Sexual e da Sexualidade vivida com Liberdade; 5) As Margaridas no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; 6) Margaridas em defesa do Direito à Saúde e aos Direitos Reprodutivos; 7) Margaridas em defesa da Democracia, do Poder e da Participação das Mulheres;
2019 Lema: Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Aliança da Marcha das Margaridas com a Marcha das Mulheres Indígenas, que aconteceu pela primeira vez e reuniu 3 mil mulheres em Brasília entre 9 e 14 de agosto em defesa de seus territórios e seus direitos. Média 100 mil mulheres (HUHNEN, 2020) ²³	Ruptura Econômica	1) por terra, água e agroecologia; 2) pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética; 3) pela proteção e conservação da socio biodiversidade e acesso aos bens comuns;
	Geração de Emprego	4) por autonomia econômica, trabalho e renda 5) por previdência e assistência social, pública, universal e solidária;
	Políticas Públicas	6) por saúde pública e em defesa do SUS; 7) por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo; 8) pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; 9) por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; 10) Por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres;

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao analisar-se o quadro acima, observa-se que a cada edição a Marcha das Margaridas busca evidenciar as necessidades das mulheres rurais e denunciar os acontecimentos de opressão daquele dado momento. Conforme Aguiar (2015, p. 425)¹, cada marcha “[...] não é algo perene, engessada. Cada uma aconteceu num contexto sociocultural, político e situacional característico”. Como pode ser observado nos parágrafos que se seguem, o contexto político, sociocultural e o momento vivenciado pelo povo do campo foram a base para as margaridas se unirem e lutarem para que suas proposições se tornem políticas públicas.

A 1ª marcha ocorreu no ano de 2000. A Marcha tem revelado uma significativa capacidade de mobilização para as causas das diferentes mulheres do contexto rural. A primeira Marcha foi sob o lema “2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, decorrente de um amplo processo de mobilização nacional, com eventos regionais e municipais em todo o país (AGUIAR, 2016)¹. Juntas em Brasília, denunciaram o modelo de governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que gerava uma vida de discriminação, pobreza, violência e exclusão social às mulheres (SILVA, CORDEIRO, 2015), (CARDOSO, 2019)¹⁴, (KUHNNEN, 2020)²³.

A partir de então, a Marcha das Margaridas passou a acontecer no período de quatro em quatro anos, apresentando pautas cada vez mais qualificadas, sendo proposta em formato organizado, tendo como estratégia uma ação coletiva própria para dar reconhecimento e legitimidade à sua ação política. “Marchando, as mulheres trabalhadoras rurais, como se denominavam, adentraram o espaço público, reivindicando sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político” (AGUIAR, 2016, p. 283)¹. Observa-se que as 3 pautas iniciais são subdivididas em reivindicações mais específicas. Outrossim, esse período das marchas coincidindo com os mandatos dos presidentes eleitos no Brasil marca a atuação política reivindicatória da sociedade civil, sendo esse contexto político inserido nessa análise.

A 2ª Marcha das Margaridas ocorreu em 2003, tendo no governo o 1º mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). As duas primeiras marchas estavam vinculadas à reivindicação de políticas públicas como crédito, assistência técnica, educação, terra, meio ambiente, salário, saúde, combate à violência na vida das mulheres, entre outros. Essa segunda edição do movimento veio para dar visibilidade e reconhecimento ao papel político, econômico, social e cultural das mulheres trabalhadoras rurais no MSTR e na sociedade em geral, fortalecer as organizações e comissões de mulheres nos STRs, FETAGs e CONTAG e tornar as mulheres trabalhadoras rurais atrizes sociais e protagonistas no PADRS (CONTAG, 2003b)¹⁶.

Em 2007 ocorreu a 3ª edição por conta das eleições, com a reeleição do presidente Lula (2007-2010), pelo seu segundo mandato. Em Brasília, reuniram-se aproximadamente 70 mil mulheres sob o lema “2007 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, resultado de amplo processo de mobilização com

a colaboração da Marcha Mundial das Mulheres e Centro Feminista nos escritos dos temas Terra, Água e Agroecologia pelo acúmulo de conhecimento dos mesmos. Nessa edição, as mulheres extrativistas e das florestas tiveram maior visibilidade (CONTAG, 2007c)¹⁷. As três edições contam com pautas de reivindicações sobre a luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Todavia, a edição de 2007 apresentou novos conteúdos, dentre estes a agroecologia e o empoderamento das mulheres (SILVA, 2008)³⁰, (SOBREIRA, ARAS, 2018)³². Foi neste ano que a identidade “mulheres do campo e da floresta”, que engloba as mulheres extrativistas, das florestas, passou a fazer parte na Marcha das Margaridas, dando maior visibilidade ao que antes era sintetizado na identidade de “mulheres trabalhadoras rurais” (CONTAG, 2007a). Com isso, a “[...] Marcha das Margaridas passa a assumir ainda mais profundamente seu compromisso com as mulheres, reconhecendo e visibilizando as especificidades de agendas políticas e de trajetórias de luta por reconhecimento e inclusão social” (<https://transformatoriomargaridas.org.br/>)²⁶.

Em 2011, aconteceu a 4ª Marcha. Observa-se a primeira alteração do lema: “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. Neste período no governo brasileiro estava a primeira presidenta da história do Brasil, Dilma Rousseff (2011-2014), o que as margaridas consideraram grande diferencial político, uma vez que elas tiveram diálogo do PADRS com a agenda feminista (MOREIRA, 2019)²⁵. A edição possuía 158 itens para serem entregues ao legislativo e apresentados à sociedade, além de demandas específicas às mulheres jovens, da terceira idade, assalariadas rurais, assim como das Margaridas das Águas, Quilombolas e Indígenas (AGUIAR, 2016)¹, (SOUZA, 2017)³³. Pela primeira vez, o tema democracia é incorporado pelo movimento (CONTAG, 2011d).

A Marcha de 2015, a 5ª edição, foi sob o Lema: “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. O contexto político é do segundo mandato da presidenta Dilma (2015-2016). A Marcha teve como principais objetivos o fortalecimento e a ampliação da organização, da mobilização e da formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais, reafirmando sua contribuição econômica, política e social para um desenvolvimento rural que seja voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente, além da busca pelo diálogo e pressão por políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas, desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres rurais (CONTAG, 2015e)²⁰.

Entre a 5ª marcha (2015) e a 6ª marcha (2019), o contexto político do Brasil foi bastante conturbado conforme o estudo evidenciado por Teixeira (2021)³⁴, onde ele faz uma reflexão sobre a ascensão do que denomina de “novas direitas” no país, o chamado antipetismo (anti Partido dos Trabalhadores – PT) ganha força como política nacional, ao mesmo tempo que todo e qualquer pensamento democrático passa a ser associado ao “terror comunista” que assolava o país, segundo esses movimentos.

Em 2016 ocorre o impeachment da presidenta Dilma e seu vice-presidente Michel Temer torna-se o presidente (2016-2018), adotando uma política de campo ideológico e institucional de direita (CONTAG, 2019f)²¹. Neste período, houve a prisão de Lula em 2018, ocasionando o impedimento de sua participação no processo eleitoral e, no mesmo ano, Bolsonaro se torna presidente do país, desse processo resultou a “desestruturação das instituições da sociedade civil e a criminalização das organizações representativas dos movimentos sociais e suas lideranças (CONTAG, 2019f)²¹, o que é reforçado no estudo de Teixeira (2021)³⁴: Diversos protestos de rua buscaram visibilizar as oposições contra as novas direitas e suas ideias políticas, entre os quais se destacam os atos contra o impeachment da Dilma Rousseff; protestos conhecidos como “Fora Temer”, iniciados logo após o impeachment e que pediam a saída do novo presidente em exercício; e as mobilizações do #EleNão, ocorridas em 29 de setembro de 2018, lideradas por mulheres e organizadas por redes sociais, principalmente no grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” no Facebook (TEIXEIRA, 2021, p. 03)³⁴.

Em agosto de 2019, oito meses após o início do governo Bolsonaro (2019-2022), a 6ª Marcha foi o maior protesto de rua no país naquele ano e reafirmou como uma das suas características resistir e enfrentar a política de direita antidemocrática, conservadora e privatista (CONTAG, 2019)²¹. De acordo com a comissão organizadora, foi a maior ação de mulheres do campo da América Latina, mobilizando aproximadamente 100 mil mulheres em Brasília com temas prioritários como o enfrentamento à violência a partir da intensificação da discussão sobre a política de gênero (PAIVA, 2019)²⁷. Essa marcha teve um diferencial das anteriores, pois a coordenação da marcha não quis se encontrar com o representante máximo do poder executivo para a entrega da pauta política e estabelecer um processo de negociação com agentes do Estado, mas sim divulgar a toda sociedade uma plataforma política em que aponta o modelo de sociedade que as mulheres defendem, uma vez que entendiam estarem presenciando um retrocesso (CONTAG, 2019)²¹.

Assim, foi apresentada à sociedade civil, à sociedade política brasileira e aos organismos internacionais a Plataforma Política da 6ª Marcha das Margaridas, que aborda os 10 eixos políticos e as preposições que as margaridas concordam serem relevantes para a transformação do país propostos após um período de discussões e debates, a nível municipal, estadual e nacional, envolvendo todas as margaridas, trabalhadoras urbanas, ativistas e lideranças (CONTAG, 2019)²¹.

Pode-se perceber pelo Quadro 01 que, ao longo dos anos, elas foram ganhando espaço e aperfeiçoando suas reivindicações, além de apresentarem documentos políticos, construíram plataformas políticas para maior diálogo com o governo para reivindicar o que consideram de direito às mulheres do campo, da floresta e das águas, e assim buscando formas de elucidar propostas mais efetivas à sociedade, agentes do Estado e organismos internacionais (CONTAG, 2019)²¹. No próximo tópico, são analisadas as políticas públicas geradas pelas reivindicações das marchas das margaridas.

Políticas públicas: contribuição histórica das mulheres rurais para um conjunto de programas, políticas e ações implementadas pelo governo e para agroecologia

Ao retornar ao Quadro 01 verifica-se que há pautas que se repetem e outras que se assimilam com determinados temas levantados anteriormente. Temas como: terra, salário-mínimo, previdência, saúde e violência já constam na pauta política das margaridas, e a cada edição são debatidos, atualizados e qualificados; outros temas como democracia, agroecologia, soberania, segurança alimentar e nutricional, economia solidária e educação do campo não-sexista foram pautados nas edições mais recentes. Assim, o Transformatório das Margaridas foi categorizado nos 3 eixos apontados por Santos (2001) em alinhamento ao Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), os quais são: a ruptura econômica: Reforma Agrária; a geração de emprego: Ampliação dos Direitos Trabalhistas; e políticas públicas: Combate à violência e a todas as formas de discriminação.

Essas reivindicações geraram políticas públicas implementadas ao longo desses 22 anos. No Quadro 2, foram analisadas e sistematizadas políticas implementadas e que estavam pautadas nos documentos apresentados nas marchas das margaridas.

Quadro 2: Pautas Implementadas pelo governo

Eixos	Pautas	Resultado da Negociação junto ao Governo Federal
Ruptura Econômica	Política agrícola e Agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo de Trabalho sobre Gênero e Crédito no MDA, através do Programa de Promoção da igualdade em Gênero, Raça e Etnia; - Reflexão sobre a abordagem de gênero no âmbito da nova política de ATER; - Redução da taxa de juros para o custeio agrícola, de 5,6% para 4% ao ano; - Edição da Portaria 981 de 2 de outubro de 2003 - Titulação Conjunta Obrigatória; - Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres à terra; - Edição da IN 38 de 13 de março de 2007- normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade às mulheres chefes de família; - Formação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Gênero e Crédito e a criação do Pronaf Mulher; - Acesso das mulheres à linha de crédito do PRONAF, Grupo B, no valor de R \$500,00, prevista inicialmente para ser desenvolvida na região norte e nordeste; - Pronaf Mulher: o governo anunciou a garantia dessa modalidade de crédito e investimento para simplificar e desburocratizar o acesso; - Declaração de Aptidão ao Pronaf em nome do casal; - Apoio para a realização de Mostras e Feiras de Economia Feminista e Solidária para comercialização dos produtos dos grupos de mulheres; - Criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS, centrado numa ampla e massiva Reforma Agrária e no Fortalecimento e Valorização da Agricultura Familiar.
Geração de Emprego	Trabalho e previdência social	<ul style="list-style-type: none"> - O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) foi criado em 2004. - Aceitação por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social de que a Declaração do Sindicato sirva como prova plena para comprovação da atividade rural. Seguramente, esta ação agilizará o acesso das trabalhadoras rurais ao salário-maternidade; - Manutenção da aposentadoria diferenciada para as mulheres trabalhadoras rurais, aos 55 anos de idade. - Participação das mulheres na revisão das normas que regulamentam a Segurança nos Locais de Trabalho nas Áreas Rurais; - Compromisso do MTE no sentido de apoiar políticas e projetos de geração de trabalho e renda; - Representação na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades do Ministério do Trabalho (DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2004).
Políticas Públicas	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Ações de prevenção e promoção à saúde das vítimas de violência sexual e intrafamiliar, envolvendo a capacitação de agentes comunitários de saúde,

Eixos	Pautas	Resultado da Negociação junto ao Governo Federal
		profissionais das equipes da saúde da família e lideranças comunitárias que atuam nas áreas rurais. - Criação do Grupo da Terra, instituído por meio da Portaria MS/GM nº 2.460, de 12 de dezembro de 2005, que teve como objetivo elaborar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), instituída pela Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, e pactuada pela Comissão de Inter gestores Tripartite (CIT), conforme Resolução nº 3, do dia 6 de dezembro de 2011. - A Portaria nº 2.311, de 23 de outubro de 2014, Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA).
	Educação	- Criação da Coordenadoria de Educação do Campo no MEC; - Constituição de Grupo de Trabalho Interinstitucional para a educação Infantil no Campo – para construir uma política de creches.
	Combate à violência	- Processo de revisão dos critérios e metas para criação de delegacias, casas abrigo e centros de referência; - Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) – (2003); - Central de Atendimento à Mulher (2005); - A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006); - O programa Mulher, viver sem Violência (2013); - Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (PNPM) - 2013-2015, é um marco no processo de consolidação e amadurecimento das políticas para as mulheres desde a criação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres lançado em 2007; - Criação e funcionamento do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta; - Lei do Femicídio (Lei nº 13.10 de 2015); - Entrega de 54 unidades móveis (Unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência) em áreas rurais, incluindo unidades móveis pluviais para a região amazônica.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como pode ser observado no Quadro 2, as margaridas tiveram algumas conquistas específicas implantadas pelo governo nos 3 eixos. Abaixo serão discutidas, por eixo, essas políticas implementadas.

Na RUPTURA ECONÔMICA: Política Agrária e Agroecologia, tem-se sobre as políticas agrárias como destaque a criação do Pronaf Mulher – modelo de crédito à mulher agricultora; a criação do PNDTR, que possibilita a cidadania às mulheres e o acesso às demais políticas públicas; a universalização do acesso à documentação civil e trabalhista, a qual permite os mesmos direitos de posse sobre a terra e os meios de produção. Estas três conquistas deram oportunidade para a mulher no campo ter acesso ao crédito e constituir o seu negócio, além de reconhecimento como trabalhadora rural e sua valorização como tal (O TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2018)²⁶.

Contudo, não há soberania, segurança alimentar e nutricional sem reforma agrária e direito de acesso à terra, a qual possibilita a construção de novas formas de ocupação do espaço rural ao passo que preserva o meio ambiente e o utiliza de forma sustentável, além de acesso a água de qualidade e na valorização da produção local com alternativas de comercialização (CONTAG, 2011d)¹⁹.

Assim, as margaridas buscam atender às demandas do campo e da cidade com segurança e soberania alimentar e nutricional, ao passo que vão contra as tecnologias impostas pela Revolução Verde, a qual foi introduzida no Brasil a partir dos anos 60 e desde então gerou um “[...] aumento de produtividade, trazendo um indicativo de lucros econômicos, mas em contrapartida com alto índice de insumos industrializados e agrotóxicos, destruição da biodiversidade, impactos ambientais, exclusão de agricultores e agricultoras da terra e dos processos produtivos e conseqüente aumento da pobreza no meio rural” (CONTAG, 2011d, p. 21)¹⁹ e o aumento do êxodo rural com o respectivo aumento dos bolsões de pobreza do meio urbano.

Neste contexto, como forma de garantir a construção da agroecologia no país, as margaridas, além de buscarem seus direitos por meio da reforma agrária, buscam por proteção às terras indígenas e às populações quilombolas. Por conseguinte, as margaridas trazem em suas marchas pautas da agroecologia com foco nas mulheres rurais, evidenciando a importância da participação social e que, a partir desse engajamento na luta política, há possibilidade de mudanças de paradigmas e das relações sociais existentes.

A incorporação da agroecologia se deu por meio de diferentes campos de organização, atuação e elaboração de políticas públicas pelas margaridas, consoante Moreira (2019)²⁵, tem-se a agroecologia pautada nas políticas públicas em diferentes áreas, tais como:

i) a ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, envolvendo a rede pública da Emater e as organizações executoras de Ater da sociedade civil e as redes de Ater, refletida na Política Nacional de ATER (Pnater); ii) o

ensino e a pesquisa, desde as universidades, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a exemplo dos debates e proposições construídas pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); iii) o reconhecimento da especificidade da agricultura familiar e a implementação de crédito para esse público, com especial atenção para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); iv) o desenvolvimento territorial e as políticas que envolveram os Territórios Rurais ou da Cidadania; e v) o direito à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional, em diálogo com políticas como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e a valorização das sementes crioulas, o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e o PGPM-Bio – Programa de Garantia de Preços Mínimos para produtos da sociobiodiversidade (MOREIRA, 2019, p. 94-95)²⁵.

A PNAPO, Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012)³, tendo como instrumento o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, ao passo que integrou o processo de construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), construído e defendido pelo movimentos sociais tendo como pilares a reforma agrária e a agricultura familiar (CONTAG 2011d)¹⁹, adotando um modelo sustentável, solidário e justo de produção e consumo de alimentos de base agroecológica, marca uma conquista do movimento agroecológico e orgânico, assim como o compromisso do Estado com o desenvolvimento rural sustentável evidenciado nas marchas das margaridas.

Na GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: Trabalho e Previdência Social, tem-se dentro das conquistas para garantir o acesso à terra e à sua documentação, dar apoio às mulheres assentadas e à produção da agricultura familiar, o PNDTR pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo como objetivo a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, assegurando às mulheres atendidas o exercício de seus direitos básicos, sendo no período de 2004-2009 beneficiadas em torno de 550 mil mulheres trabalhadoras rurais (BRASIL, 2019).

O decreto a Comissão Tripartite (BRASIL, 2004), com o objetivo de promover políticas públicas de igualdade de oportunidades e de tratamento, e de combate a todas as formas de discriminação de gênero e de raça, no emprego e na ocupação foi revogado pelo então ex-presidente do país, Bolsonaro, em 24 de agosto de 2020 (BRASIL, 2020)⁴. Pode-se ainda dar destaque para a manutenção da aposentadoria diferenciada para as mulheres trabalhadoras rurais, aos 55 anos de idade. Conforme o site do governo esclarece, uma vez que, para solicitação da aposentadoria por idade para trabalhador urbano a idade mínima é de 65 anos, se homem, ou a partir de 61 anos e 6 meses, se mulher, no ano de 2023, a idade mínima das mulheres subirá para 62 anos de idade e das mulheres rurais será mantida (BRASIL, 2022)¹³.

Nas POLÍTICAS PÚBLICAS: saúde, destaca-se a criação do Grupo da Terra, Portaria nº 2.460, de 12 de dezembro de 2005, para atender suas finalidades, o Ministério da Saúde, juntamente com o Grupo da Terra, elabora a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, um instrumento norteador e legítimo do reconhecimento das necessidades de melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta através de suas especificidades, seja em gênero, geração, raça/cor, etnia ou orientação sexual, seja ainda na questão da redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas, e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida (BRASIL, 2011d)¹⁹. A Portaria nº 2.311, de 23 de outubro de 2014, altera a Portaria nº 2.866/GM/MS, de 2 de dezembro de 2011, passando a contemplar os povos das águas, ficando assim instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (BRASIL, 2014).

Para as margaridas, ter políticas públicas voltadas para a área da Educação é de extrema relevância, uma vez que suas lutas são em prol de uma educação pública, gratuita, laica, não sexista, antirracista e de qualidade, para todas e todos, por uma educação do campo e no campo, visando os direitos humanos para o acesso e a produção do conhecimento científico e do saber popular em sua diversidade e pluralidade. No livreto da marcha em 2015 (CONTAG, 2015e)²⁰, é mostrado o avanço que as margaridas conseguiram assegurar a elas, ao mesmo tempo que demonstra suas preocupações com a mesma conquista:

[...] temos acordos estabelecendo que toda empresa que contratar mais de 15 mulheres fica obrigada a construir uma creche. Não se pode desconsiderar o avanço desta conquista, contudo, é preciso estarmos atentas para que tais negociações não gerem limitação por parte das empresas acerca da contratação de mulheres, para não terem que ter esse “gasto” a mais. Ou seja, se a convenção prevê que empresas com mais de 15 trabalhadoras são obrigadas a construir creche, muitos empregadores podem proibir a contratação superior a esta quantidade (CONTAG, 2015e, p. 49)²⁰.

Na pauta sobre POLÍTICAS PÚBLICAS: violência, as margaridas tiveram como conquistas a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que foi considerada um grande passo para as margaridas que marcham contra a violência feminina. A implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2003) criou a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), implementada em 2005; a criação do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do campo, da floresta e das águas, constituído pela sociedade civil e por representantes do governo; O programa Mulher, Viver sem Violência, de 2013, e a Lei do Femicídio (Lei nº 13.10 de 2015), entre outras conquistas.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi outra grande conquista para as margaridas, lançado em agosto de 2007, sendo “[...] um acordo federativo entre os governos federal, estaduais e municipais para o planejamento de ações que visem à consolidação da PNVM, por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo o território nacional” (BRASIL, 2011). Como continuidade destas ações, elaboraram também o PNPM (2013-2015). Conforme verificado no site do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no item Documentos que orientam a implementação do Pacto, não consta maiores informações depois do ano de 2013, sendo o site atualizado pela última vez no ano de 2019 (BRASIL, 2019f)²¹.

IV. Conclusão

É interessante analisar como a Marcha das Margaridas contribuiu para a aproximação de movimentos que antes pouco dialogavam, por vezes tendo até tensões e divergências conceituais fundantes, uma vez que a sociedade, sendo patriarcal, conservadora e machista, não considerava as mulheres como sujeito político e como sujeito de direitos. Nesse processo, o diálogo das margaridas com a sociedade, com o Estado e na construção de políticas públicas possibilitou a associação do debate de classe com os eixos feministas e ambientais/ecológicos, ao mesmo tempo que evidenciou a agroecologia – defendida pelos movimentos sociais e por diversas organizações da sociedade civil – com as políticas para as mulheres rurais, sob o olhar agroecológico, em um processo tenso de disputa com o agronegócio.

Mesmo com todas as tensões, conflitos e embates ao longo desses 20 anos, as margaridas têm adquirido forças e ampliado toda sua capacidade de articulação com os diversos atores do campo, da floresta, das águas, dos quilombos, entre outros. Essas diversidades constituem a genuína diversidade do Brasil para a construção de uma sociedade justa e igualitária, economicamente viável, com trabalho, renda, direitos previdenciários e assistência social, saúde pública, educação não-sexista e antirracista para todos (MOREIRA, 2019)²⁵.

Desta forma, este movimento registra incontáveis conquistas na criação de mecanismos institucionais para a participação de mulheres dentro da estrutura estatal com foco nas mulheres de forma transversal, em todas as políticas e instâncias, ao mesmo tempo que escancara para toda a sociedade e ao Estado a exclusão, opressão, discriminação e violência que as mulheres, em especial as mulheres do campo, das águas e das florestas, vivenciam cotidianamente ao longo de muitos séculos (CONTAG, 2019f)²¹.

Pode-se, portanto, assegurar que a Marcha das Margaridas coopera para sensibilizar o Estado sobre a importância de a assistência técnica considerar o trabalho produtivo realizado pelas mulheres sob uma perspectiva agroecológica, desenvolvendo ações que não reforcem a divisão sexual do trabalho, mas, ao mesmo tempo, que gerem autonomia social, econômica e política para as trabalhadoras rurais, para as mulheres do campo, das águas e das florestas. Para tal fim, instâncias, políticas e programas específicos são necessários à implementação de cotas afirmativas (ou positivas) para incluí-las em espaços e trabalhos historicamente considerados como masculinos.

Referências

- [1]. AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social E Participação: Reflexões A Partir Da Marcha Das Margaridas. *Política & Sociedade*, [S.L.], V. 15, P. 261, 14 Mar. 2017. Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC). [Http://Dx.Doi.Org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261](http://Dx.Doi.Org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261). Disponível Em: <https://Periodicos.Ufsc.Br/Index.Php/Politica/Article/View/2175-7984.2016v15nesp1p261>.
- [2]. BRASIL. Decreto De 20 De Agosto De 2004. Institui, No Âmbito Do Ministério Do Trabalho E Emprego, A Comissão Tripartite Com O Objetivo De Promover Políticas Públicas De Igualdade De Oportunidades E De Tratamento, E De Combate A Todas As Formas De Discriminação De Gênero E De Raça, No Emprego E Na Ocupação. Constituição Federal 1998. Disponível Em: [Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10261.htm)
- [3]. BRASIL. Decreto Nº 7.794, De 20 De Agosto De 2012. Institui A Política Nacional De Agroecologia E Produção Orgânica. Disponível Em: <https://Legislacao.Presidencia.Gov.Br/Atos/?Tipo=DEC&Numero=7794&Ano=2012&Ato=B87qtuq10mvpwt931>
- [4]. BRASIL. Decreto Nº 10.473, De 24 De Agosto De 2020. Declara A Revogação, Para Os Fins Do Disposto No Art. 16 Da Lei Complementar Nº 95, De 26 De Fevereiro De 1998, De Decretos Normativos. Disponível Em: [Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10473.htm#Art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10473.htm#Art1).
- [5]. BRASIL. PORTARIA Nº 2.866, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011. Institui, No Âmbito Do Sistema Único De Saúde (SUS), A Política Nacional De Saúde Integral Das Populações Do Campo E Da Floresta (PNSIPCF). Disponível Em: https://Bvsm.Saude.Gov.Br/Bvs/Saudelegis/Gm/2011/Prt2866_02_12_2011.html.
- [6]. BRASIL. Ministério Da Saúde. PORTARIA Nº 2.311, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014. Altera A Portaria Nº 2.866/GM/MS, De 2 De Dezembro De 2011, Que Institui, No Âmbito Do Sistema Único De Saúde (SUS), A Política Nacional De Saúde Integral Das Populações Do Campo E Da Floresta (PNSIPCF). Disponível Em: https://Bvsm.Saude.Gov.Br/Bvs/Saudelegis/Gm/2014/Prt2311_23_10_2014.html
- [7]. BRASIL. Ministério Da Saúde. Portaria Nº 2.460, De 12 De Dezembro De 2005. Criação Do Grupo Terra. Disponível Em: https://Bvsm.Saude.Gov.Br/Bvs/Saudelegis/Gm/2005/Prt2460_12_12_2005_Comp.html
- [8]. BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria De Gestão Estratégica E Participativa. Departamento De Apoio À Gestão Participativa. Política Nacional De Saúde Integral Das Populações Do Campo E Da Floresta / Ministério Da Saúde, Secretaria De Gestão Estratégica E Participativa, Departamento De Apoio À Gestão Participativa. 1. Ed.; 1. Reimp. Brasília: Editora Do Ministério Da Saúde, 2013.48 P.: Il. ISBN 978-85-334-1985-8. https://Bvsm.Saude.Gov.Br/Bvs/Publicacoes/Politica_Nacional_Saude_Populacoes_Campo.Pdf.
- [9]. BRASIL. Ministério Dos Direitos Humanos E Da Cidadania. Documentos Que Orientam A Implementação Do Pacto. 2013. Disponível Em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional/documentos-que-orientam-a-implementacao-do-pacto>.

- [10]. BRASIL. Ministério Dos Direitos Humanos E Da Cidadania. Pacto Nacional Pelo Enfrentamento À Violência Contra A Mulher. 2011. Disponível Em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional>.
- [11]. BRASIL. Ministério Dos Direitos Humanos E Da Cidadania. Programa Nacional De Documentação Da Trabalhadora Rural. 2019. Disponível Em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/mulheres-rurais/area-rural/programa-nacional-de-documentacao-da-trabalhadora-rural>.
- [12]. BRASIL. PORTARIA Nº 2.866, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011. Institui, No Âmbito Do Sistema Único De Saúde (SUS), A Política Nacional De Saúde Integral Das Populações Do Campo E Da Floresta (PNSIPCF). Disponível Em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html.
- [13]. BRASIL. Trabalho, Emprego E Previdência. Solicitar Aposentadoria Por Idade Para Trabalhador Rural. Disponível Em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-aposentadoria-por-idade-para-trabalhador-rural>. Acesso Em 12 Dez. 2022.
- [14]. CARDOSO, Suelen Silveira. Marcha Das Margaridas: Movimentos Sociais Como Um Importante Elemento De Exercício Da Cidadania. XVI Seminário Internacional Emendas Sociais E Políticas Públicas Na Sociedade Contemporânea. XII Mostra Internacional De Trabalhos Científicos. 2019. Disponível Em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewfile/19616/1192612331>
- [15]. CONTAG. Texto Base Marcha 2000. Disponível Em https://transformatoriomargaridas.org.br/?Page_Id=243. Acesso Em: 25 Ago. 2022.
- [16]. _____. Caderno De Textos Para Estudo E Debates - Marcha Das Margaridas 2003a. Disponível Em https://transformatoriomargaridas.org.br/?Page_Id=243.
- [17]. _____. Caderno De Textos Para Estudo E Debates - Marcha Das Margaridas 2007b. Disponível Em https://transformatoriomargaridas.org.br/?Page_Id=243.
- [18]. _____. Revista Da Marcha Das Margaridas 2007b. Publicação Da Comissão Nacional De Mulheres Trabalhadoras Rurais Da Contag. Março De 2008. Disponível Em https://transformatoriomargaridas.org.br/?Page_Id=243. Acesso Em: 26 Ago. 2022.
- [19]. _____. Caderno De Textos Para Estudo E Debates - Marcha Das Margaridas 2011c. Disponível Em https://transformatoriomargaridas.org.br/?Page_Id=243.
- [20]. _____. Caderno De Textos Para Estudo E Debates - Marcha Das Margaridas 2015d. Disponível Em http://www.contag.org.br/imagens/F24537_Contag_Livreto_Marcha_2015_210x297_Final-1.pdf
- [21]. _____. Plataforma Política - Marcha Das Margaridas 2019: Por Um Brasil Com Soberania Popular, Democracia, Justiça E Livre De Violência. Brasília: Secretaria De Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2019. Disponível Em: http://www.contag.org.br/imagens/Ctg_File_1236339083_14082019151003.Pdf.
- [22]. GONÇALVES, Raquel Quirino; GUIMARÃES, Soraia De Mello. Relações De Gênero E Divisão Sexual Do Trabalho No Meio Rural: Intercalações Com O Movimento Social Marcha Das Margaridas. Revista Brasileira De Educação Do Campo, [S.L.], V. 2, N. 1, P. 231-251, 19 Abr. 2017. Universidade Federal Do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/ufc.2525-4863.2017v2n1p231>. Disponível Em: <https://sistemas.ufc.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3287>.
- [23]. KUHLEN, Tânia Aparecida. Marcha Das Margaridas: Apontamentos Para Um (Eco) Feminismo Latino-Americano. Sul-Sul-Revista De Ciências Humanas E Sociais, V. 1, N. 01, P. 124-147, 2020. Disponível Em: https://www.academia.edu/48848979/Marcha_Das_Margaridas_Apontamentos_Para_Um_Eco_Feminismo_Latino_Americano.
- [24]. LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina De Andrade. Metodologia Do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projeto E Relatório Publicações E Trabalhos Científicos. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- [25]. MOREIRA, Sarah Luiza De Souza. A Contribuição Da Marcha Das Margaridas Na Construção Das Políticas Públicas De Agroecologia No Brasil. 2019. 193 F., II. Dissertação (Mestrado Em Meio Ambiente E Desenvolvimento Rural) — Universidade De Brasília, Brasília, 2019. Disponível Em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view>.
- [26]. O TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS. 2018. O Transformatório Das Margaridas: Observar Para Transformar. Disponível Em: <https://transformatoriomargaridas.org.br/>
- [27]. PAIVA, Wanderléia Da Consolação. Mulheres Velhas/Envelhecidas Em Discurso: Da Invisibilidade No Espaço Do Campo Rumo À Marcha Das Margaridas Na Cidade. 2019. 196 F. Tese (Doutorado) - Curso De Programa De Pós-Graduação Em Estudos De Linguagem, UFF - Universidade Federal Fluminense Instituto De Letras, Niterói, RJ, 2019. Disponível Em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13018?show=full>.
- [28]. PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, Poder E Democracia- Mulheres Trabalhadoras No Sindicalismo Rural. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Desafios Atuais Dos Feminismos 16 A 20 De Setembro De 2013. Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X
- [29]. SILVA, Berenice Gomes Da. Tempo De Plantar, De Colher, De Lutar E De Resistir. Simpósio Gênero E Políticas Públicas, [S.L.], V. 6, P. 310-330, 20 Jan. 2021. Universidade Estadual De Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/Sgpp.2020v6.P310>. Disponível Em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1005>
- [30]. SILVA, Berenice Gomes Da. A Marcha Das Margaridas: Resistências E Permanências. 2008. 172 F. 2016. Tese De Doutorado. Dissertação (Mestrado) - Universidade De Brasília, Brasília, 2008. Disponível Em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/949>
- [31]. SILVA, Lianzi Dos Santos. Mulheres Em Cena: As Novas Roupagens Do Primeiro Damismo Na Assistência Social. Orientadora: Ana Maria Quiriga. – 2009. 155f.; 30 Cm. Dissertação (Mestrado Em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro, 2009. Disponível Em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strsec=resultado&nreq=15501@1>. Acesso Em: 26 Dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.17771/PucRio.Acad.15501>
- [32]. SOBREIRA, Dayane Nascimento; DE ARAS, Lina Maria Brandão. “Olha Brasília Está Florida, Estão Chegando As Decididas”: Um Balanço Histórico Acerca Da Marcha Das Margaridas. Disponível Em: <https://www.sinteseeventos.com.br/site/redor/G15/GT15-08-Dayane.pdf>
- [33]. SOUZA, Maíres Barbosa De. Marcha Das Margaridas: Um Olhar Florido Sobre A Democracia. 2017. 55 F., II. Trabalho De Conclusão De Curso (Bacharelado Em Ciência Política) —Universidade De Brasília, Brasília, 2017. Disponível Em <https://bdm.unb.br/handle/10483/18299>.
- [34]. TEIXEIRA, Marco Antonio. MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES EM TEMPOS DE ASCENSÃO DAS NOVAS DIREITAS: A Marcha Das Margaridas. Caderno CRH [Online]. 2021, V. 34. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/crh/a/P3h3tkm3wrrjn9nqt44s4gwg/#>. Acesso Em 20 Nov. 2021. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.9771/Crhh.V34i0.42777>.

- [35]. WATANABE, Celia Hissae. Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário E A Formação Sindical: : A Experiência Da CONTAG. Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas, [S. L.], V. 28, N. 1 E 2, P. 166–173, 2010. DOI: 10.37370/Raizes.2009.V28.310. Disponível Em: [Http://Raizes.Revistas.Ufcg.Edu.Br/Index.Php/Raizes/Article/View/310](http://Raizes.Revistas.Ufcg.Edu.Br/Index.Php/Raizes/Article/View/310).
- [36]. ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia De Pesquisa / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. Ed. Reimp. – Florianópolis: Departamento De Ciências Da Administração/UFSC, 2013. Disponível Em: [Https://FaculdaDefastech.Com.Br/Fotos_Upload/2022-02-16_10-05-41.Pdf](https://FaculdaDefastech.Com.Br/Fotos_Upload/2022-02-16_10-05-41.Pdf).